

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores em controladas	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital social	Ágio/Deságio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição tesouraria	Ações em reserva	Reserva de investimento inexistente	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	947.522	38.923	58.581	-	(52.921)	15.042	87.136	754.249	5.628	116.019	970.200	-	2.940.379	210.679	3.151.058
Aumento de capital	565.000	-	-	65.856	-	-	(500.000)	-	-	-	-	-	130.856	-	130.856
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(4.874)	(2.434)	-	5.304	-	-	-	-	-	-	-	(2.004)	-	(2.004)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	8.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.901	-	8.901
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	-	-	-	7.675	-	-	-	-	-	-	-	7.675	-	7.675
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	-	-	-	(76.904)	-	-	-	-	-	-	-	(76.904)	-	(76.904)
Ganhos / Perdas não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178.034)	-	(178.034)	(7.422)	(185.456)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.860)	2.860	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.062.116	1.062.116	68.643	1.130.759
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	149	53.099	507.293	-	-	-	(560.541)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.019)	-	-	-	(116.019)	-	(116.019)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.218)	(252.218)	(20.572)	(272.790)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	252.217	-	-	(252.217)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.512.522	34.049	65.048	65.856	(116.846)	15.191	140.235	761.542	5.628	252.217	789.306	-	3.524.748	251.328	3.776.076
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(4.712)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.712)	-	(4.712)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	15.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.800	-	15.800
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	-	-	-	18.752	-	-	-	-	-	-	-	18.752	-	18.752
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	(2.671)	(4.826)	-	(182.077)	-	-	-	-	-	-	-	(189.574)	-	(189.574)
Gastos emissão de ações	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ganhos / Perdas não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	520.300	-	520.300	27.083	547.383
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado líquido de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.368)	2.368	-	-	-
Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(797)	-	(797)	-	(797)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.267.459	1.267.459	69.274	1.336.733
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	247	63.360	604.294	-	-	-	(667.901)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados em 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.217)	-	-	-	(252.217)	(31.411)	(283.628)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(229.963)	(229.963)	(18.639)	(248.602)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.000)	(71.000)	-	(71.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	300.963	-	-	(300.963)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.512.522	26.666	76.022	65.856	(280.170)	15.438	203.595	1.365.836	5.628	300.963	1.306.441	-	4.598.797	297.635	4.896.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como "Controladora", "SLC" ou "Companhia", e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" ou "Consolidado"), possui sua sede localizada na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; aluguel de imóveis próprios; e participação em outras sociedades.

Em 1º de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas iniciaram o cultivo da safra 2022/23, operando com vinte e duas unidades de produção, com uma área plantada total de 670,72 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros e partes relacionadas, localizadas em sete estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão e Minas Gerais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 08 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da pré-colheita;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo; e
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
3.c e 8	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
3.e, 14 e 15	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
3.q e 13	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
3.j e 19	Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários e ativos e passivos contingentes
3.h e 20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
3.i e 25	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
3.k e 28	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga
12	Mensuração do valor justo de propriedades para investimentos
15	Recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida - ágio por expectativa de rentabilidade futura

f) Combinação de negócios e ágio

Aquisição da Terra Santa Agro S.A.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento não vinculante com a Terra Santa Agro S.A. ("Terra Santa") que estabeleceu premissas, termos e condições indicativas de uma transação para a SLC Agrícola adquirir as operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela Companhia. Em preparação para a combinação de negócios com a Terra Santa, as partes submetem a transação à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, tendo sido aprovada em 07 de janeiro de 2021, sem restrições. Posteriormente, em 25 de março de 2021, a SLC Agrícola e a Terra Santa celebraram o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), onde foram detalhados e acordados em forma final os termos e condições para a transação. Paralelamente, foi realizada diligência da Terra Santa, a qual se encerrou em março de 2021 e, em 21 de junho de 2021, foram obtidas as aprovações para a incorporação de ações em assembleias gerais extraordinárias da Companhia e da Terra Santa.

Em 30 de junho de 2021, foram concluídas parte das condições precedentes para a implementação da combinação dos negócios da Companhia aos da operação agrícola da Terra Santa, excluindo terras e benfeitorias, exceto, (i) a obtenção perante a Comissão de Valores Mobiliários do registro de companhia aberta da TS Agro S.A. ("TS Agro"), na categoria A de emissores e listagem no segmento

do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e (ii) a implementação da efetiva consumação da redução de capital da Terra Santa (os itens (i) e (ii) em conjunto, "Condição Remanescente"). Nesta data, a Companhia, a TS Agro e seus acionistas celebraram o 1º Aditamento ao Acordo de Associação e Outras Avenças e o Termo de Pré-Fechamento, por meio dos quais as partes acordam na realização de um pré-fechamento da operação.

Por meio desses instrumentos, foi estabelecida uma transição operacional, em que a SLC passou, a partir de 1º de julho de 2021 (data de aquisição para aplicação do IFRS 3 e CPC 15 (R1)), a ter o controle da gestão e diretrizes dos negócios da Terra Santa, na maior extensão possível, para todos os fins de direito.

Após a consumação da incorporação de ações, foram emitidas, em favor dos acionistas da Terra Santa, novas ações ordinárias de emissão da SLC Agrícola, negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, em substituição às ações de emissão da Terra Santa anteriormente detidas por estes, de acordo com a relação de troca das ações, descrita a seguir.

Como forma de viabilizar a combinação de negócios entre Companhia e Terra Santa, houve a incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A. Com a troca da totalidade das ações e bônus de subscrição da Terra Santa e consequente aquisição do controle da Terra Santa, a Companhia, emitiu um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representam, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e votante da Companhia. As ações foram atribuídas aos acionistas da Terra Santa e aos detentores de Bônus remanescentes, na Data de Fechamento, de acordo com a Relação de Troca prevista para cada modalidade, sendo certo que tais ações ordinárias possuem os mesmos direitos das demais ações ordinárias em circulação emitidas pela Companhia.

A mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3), está apresentada conforme abaixo:

Número de ações ordinárias emitidas pela SLC Agrícola na data da transação	2.516.454
Multiplicado pela cotação da ação da SLC Agrícola na data da transação (a) (em R\$)	52.00
Valor justo das ações emitidas na transação (Em milhares de reais) (a)	130.856
Contraprestação em caixa decorrente de direito de uso do arrendamento entre Terra Santa e TS Brasil S.A (b)	70.002
Variação dos ativos e passivos (c)	(203.488)
Valor presente dos créditos fiscais (d)	195.488
Valor justo da contraprestação transferida	192.858

Conforme fato relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, as partes acordaram em um ajuste de preço de R\$20.000, sendo R\$ 8.000 referente à variação dos ativos e passivos e valor presente dos créditos fiscais, conforme tabela acima, além da assunção de dívida pela Terra Santa Propriedades Agrícolas no montante de R\$12.000.

a) O valor justo das ações ordinárias transferidas pela Companhia foi determinado com base na cotação das ações da Companhia, negociadas na B3, na data da aquisição (1º de julho de 2021).

b) Refere-se à consideração a ser transferida em caixa no montante de R\$ 70.002, decorrente da remuneração adicional, complementar ao pagamento do arrendamento (o qual já refletiu o valor justo de um arrendamento em condições semelhantes) referente aos contratos de arrendamentos que foram celebrados entre Terra Santa e TS Brasil S.A. em conexão com a transação. Esta remuneração foi tratada como parte do preço da transação dado: (i) a natureza dos contratos; (ii) que os contratos de arrendamento foram negociados em conjunto com a transação; e (iii) que era uma condição para a assinatura do Acordo da transação, ou seja, uma condição para obtenção do controle da Terra Santa.

c) Variação desde 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021 do imobilizado, dívida líquida, créditos fiscais e capital de giro, conforme previsto nos termos definidos no Acordo da transação. O ajuste foi concluído em comum acordo entre as partes no dia 29 de outubro de 2021. O capital de giro foi definido no acordo como (i) a soma dos itens do ativo circulante; e (ii) a soma dos itens do passivo circulante. Entre os itens do ativo circulante que entram na definição de capital de giro, estão: (a) contas a receber; (b) estoques; (c) ativos biológicos; (d) adiantamentos diversos para terceiros e funcionários; (e) despesas antecipadas. Entre os itens do passivo circulante que entram na definição de capital de giro, estão: (a) salários e contribuições sociais; (b) fornecedores; (c) tributos a recolher; (d) adiantamentos de clientes; (e) tributos parcelados - circulante e não circulante. A conta de ativos biológicos foi atualizada na data-base 15 de setembro de 2021, com informações atualizadas de produtividades, custos e preços, conforme definido no Acordo.

d) Conforme descrito no Acordo, o preço pago em caixa inclui também valor equivalente a 50% do valor final do benefício tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurado pela Terra Santa e validado pela SLC Agrícola através de relatório dos créditos, que foi trazido a valor presente por uma taxa de desconto de CDI futuro mais 1,5%, considerando 4 parcelas anuais a contar da data de fechamento, sendo de 30% cada nos três primeiros anos e 10% no quarto ano.

Desta forma, o valor do ágio da transação é como segue:

Valor justo da contraprestação transferida	192.858
Valor dos ativos e passivos adquiridos	145.503
Valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura	47.355

O ágio apurado, no montante de R\$ 47.355, representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição, tais como a soma de expertise de ambas as empresas no planejamento e na operação agrícola, uma vez que houve a retenção de praticamente todo o time operacional da Terra Santa, utilização mais eficiente de máquinas e unidades de beneficiamento de algodão, compartilhamento de estruturas administrativas, áreas comerciais (vendas, logística e suprimentos), tecnologia de informação, dentre outros ganhos de eficiência operacional.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Venda de terras

Algumas controladas possuem como objeto de negócio a vendas de terras. As vendas acontecem em linha com a estratégia atual de realização de ganhos imobiliários, sendo reconhecidas conforme previsto na seção Reconhecimento da receita acima.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estas receitas são classificadas no grupo de "outras receitas operacionais", visto não representarem o objeto principal do negócio do Grupo.